OPINIÃO

Políticas Públicas de Juventude: quem financia?, por Alex Ferreira

Publicado em 24 de setembro de 2026



Alex Ferreira é diretor do idep juventudes. (Foto: Divulgação)

O Estatuto da Juventude é uma conquista importante, mas reconhecer direitos na legislação não basta. É preciso transformá-los em políticas públicas capazes de produzir mudanças concretas na vida dos jovens. Ainda hoje, muitos desconhecem os direitos previstos no Estatuto e encontram governos que tratam suas demandas de forma fragmentada ou secundária. A juventude precisa deixar de ser lembrada apenas diante da violência ou da vulnerabilidade e ocupar lugar estratégico no planejamento público.

Se os jovens são sujeitos de direitos, estados e municípios precisam assumir responsabilidades concretas para garantir educação, trabalho, aprendizagem, cultura, esporte, tecnologia e participação social. Mais do que uma fase de preparação para o futuro, a juventude é uma etapa da vida que demanda direitos, oportunidades e políticas específicas no presente.

Essa mudança exige mais que discursos: exige planejamento, metas e orçamento. Não existe política pública de juventude sem recursos para sua execução. Governos estaduais e municipais precisam incorporar as juventudes aos instrumentos de planejamento, criar programas permanentes, fortalecer espaços de participação e estabelecer mecanismos de financiamento para iniciativas do poder público e da sociedade civil.

Editais, fundos e parcerias podem contribuir para ampliar a capacidade de execução, mas precisam estar inseridos em estratégias de longo prazo, com critérios transparentes, acompanhamento e avaliação de resultados.

A cada mudança de governo, não se pode simplesmente recomeçar do zero. Política de juventude precisa ser política de Estado, construída com a participação dos próprios jovens e capaz de reconhecer as diferentes realidades dos territórios. Também é necessário compreender que não existe uma juventude homogênea: desigualdades sociais, territoriais e culturais produzem experiências e necessidades distintas.

Minha trajetória de atuação com juventudes, iniciada ainda aos 18 anos, primeiro como voluntário e posteriormente em funções de gestão e formação, permitiu acompanhar de perto como acesso à informação, qualificação, trabalho, participação e oportunidades pode alterar perspectivas e trajetórias. Essa experiência reforçou a importância de construir políticas com os jovens, e não apenas para eles.

O desafio é fazer com que o Estatuto da Juventude ultrapasse o texto legal e chegue às escolas, comunidades, organizações e espaços de decisão, tornando-se referência para o planejamento e a execução das políticas públicas. Juventude não

é promessa de futuro: é presente, força produtiva, cultural e social. Por isso, o compromisso com os jovens precisa aparecer nas prioridades, metas e no orçamento público. Mais do que reconhecer direitos, é necessário criar as condições materiais para que eles possam ser efetivamente exercidos.

Alex Ferreira é diretor do idep juventudes



Compartilhe